



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



A evolução da dívida pública e seus efeitos no desenvolvimento econômico dos países emergentes no período entre 2000 e 2023.

João Arami Martins Pereira¹

José Otávio Oliveira Carvalho²

Jacqueline Romero Pereira³

Resumo

O presente artigo analisa os efeitos da dívida pública entre 2000 e 2023 no desenvolvimento econômico dos países emergentes. Inicialmente, fazendo uma investigação conceitual sobre o desenvolvimento econômico, de acordo com as vertentes desenvolvimentistas, clássicas e liberais. Na sequência, são comparadas as diferentes abordagens sobre a dívida pública e suas implicações para o desenvolvimento econômico. Por fim, o estudo realiza uma discussão teórica sobre a relação da dívida diante de agregados macroeconômicos associados ao desenvolvimento econômico. A metodologia utilizada pela presente pesquisa é multidimensional, trazendo características descritivas, analíticas e quantitativas, com destaque para a utilização da análise técnica no comportamento dos referidos agregados econômicos. A revisão bibliográfica salientou um amplo debate acerca do desenvolvimento e das contribuições sobre a dívida, observando diversos estudos e exemplos antagônicos sobre o desempenho da dívida e do desenvolvimento. Os resultados da presente pesquisa apontam para relações positivas entre dívida pública e aspectos do desenvolvimento econômico, mas para o Brasil a evolução ficou diferenciada em relação aos principais países em desenvolvimento no referido período. Portanto, conclui-se que a dívida pública apresentou diferentes comportamentos como possibilidade de contribuir com o processo de desenvolvimento econômico nos países emergentes, referente ao período entre 2000 e 2023, demonstrando que endividamento com qualidade e adequado ao processo de prioridades públicas de acordo com o “interesse público”, permite aos países em desenvolvimento econômico avançar na melhoria das condições de vida da população, tanto a grupos de países diferentes, quanto para periodicidades distintas e agregados macroeconômicos

Palavras-chave: desenvolvimento econômico, dívida pública, análise teórica.

¹ Graduação em Ciências Econômicas, Mestre em Administração Pública e Governo – EAESP-FGV, Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – PGDRA-UNIOESTE, Professor do Magistério Superior na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, campus Laranjeiras do Sul. E-mail: joao.pereira@uffs.edu.br.

² Graduação em Ciências Econômicas, pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. e-mail: jose.o.carvalho@estudante.uffs.edu.br

³ Graduada em Agronomia, Mestre em Agronomia: Produção Vegetal, pela UFPR, doutoranda em Agronomia – Produção Vegetal, pela UFPR. E-mail: jacque-knoas@hotmail.com



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



A evolução da dívida pública e seus efeitos no desenvolvimento econômico dos países emergentes no período entre 2000 e 2023.

Abstract

This article analyzes the effects of public debt on the economic development of emerging countries between 2000 and 2023. Initially, it conducts a conceptual investigation of economic development according to the developmental, classical, and liberal approaches. Next, it compares the different approaches to public debt and its implications for economic development. Finally, the study conducts a theoretical discussion on the relationship between debt and macroeconomic aggregates associated with economic development. The methodology used in this research is multidimensional, bringing descriptive, analytical, and quantitative characteristics, with emphasis on the use of technical analysis in the behavior of the aforementioned economic aggregates. The bibliographic review highlighted a broad debate about development and the contributions of debt, observing several antagonistic studies and examples on the performance of debt and development. The results of this research point to positive relationships between public debt and aspects of economic development, but for Brazil the evolution was different in relation to the main developing countries in the referred period. Therefore, it is concluded that public debt presented different behaviors as a possibility of contributing to the process of economic development in emerging countries, referring to the period between 2000 and 2023, demonstrating that quality debt and adequate to the process of public priorities according to the “public interest”, allows economically developing countries to advance in improving the living conditions of the population, both for different groups of countries and for different periodicities and macroeconomic aggregates.

Keywords: economic development, public debt, theoretical analysis.

1 Introdução

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o grupo de nações emergentes demonstra cada vez mais importância no cenário econômico global, sendo composto por 24 países, que representam cerca de 1/3 de toda a produção do planeta. São eles: África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Bangladesh, Brasil, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Filipinas, Guatemala, Hungria, Índia, Indonésia, Malásia, México, Paquistão, Peru, Polônia, Romênia, Rússia, Tailândia, Turquia, Uruguai e Vietnã.

O fluxo de capital estrangeiro destinado a um país, é diretamente subordinado ao equilíbrio da dívida, por meio da política fiscal, que compõe a dívida pública e impacta diretamente nas expectativas dos agentes sobre a economia. (GALE & ORZAG, 2004)



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



As políticas fiscais adotadas pelas autoridades monetárias nacionais afetam diretamente o risco-país, que é um parâmetro estabelecido pelos grandes conglomerados financeiros internacionais para a realização de investimentos estrangeiros. Nesse contexto, esse risco retrata a probabilidade de uma economia não sustentar seus compromissos financeiros com credores externos. (A. ASSAF, 2018).

CONTI (2019), define a dívida pública nacional como um conjunto de obrigações de natureza financeira, que o poder público assume por meio do crédito, ressaltando o modo como o estado emite dívida em forma de títulos públicos com o objetivo de para financiar as políticas públicas. A escola desenvolvimentista, enxerga a dívida pública como um instrumento, uma condição necessária para se chegar ao desenvolvimento econômico, por meio de investimentos estruturantes e produtivos, que tenha possibilidade de um aumento de receita tributária ao longo do tempo, (SILVA E MEDEIROS, 2009). Enquanto as escolas clássica e liberal, defendem que o aumento da dívida pública para fins de desenvolvimento acaba prejudicando a economia, por meio da ineficiência alocativa do estado e pela coação institucional, que implicariam em um menor excedente produtivo. (DE SOTO, 2010)

A escola desenvolvimentista, enxerga a dívida pública como uma ferramenta, uma condição necessária para se chegar ao desenvolvimento econômico, por meio de investimentos estruturantes e produtivos, que impliquem em aumento de receita tributária no futuro. (SILVA E MEDEIROS, 2009) Enquanto as escolas clássica e liberal, defendem que o aumento da dívida pública para fins de desenvolvimento acaba prejudicando a economia, por meio da ineficiência alocativa do estado e pela coação institucional, que implicariam em um menor excedente produtivo. (DE SOTO, 2010)

Diante dos fatos apresentados, o texto presente resgata a importância do estudo dos agregados macroeconômicos, buscando analisar o comportamento da dívida pública referentes às diferentes noções de desenvolvimento econômico na academia, para o recorte dos países emergentes entre 2000 e 2023. O tamanho da dívida pública pode afetar o desenvolvimento econômico nos países emergentes?

Nesse âmbito, CRUZ E DIVINO (2024) analisaram os impactos da dívida pública sobre o crescimento econômico para um conjunto de 61 países entre 1980 e 2021, demonstrando a



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



possibilidade da utilização da dívida pública como ferramenta para incremento das atividades produtivas, desde os aumentos não ocorram de maneira abrupta. Ao mesmo passo, SIMS (2003) e FAVERO (2004) demonstraram a existência de correlação entre os juros e a política fiscal adotada no ambiente doméstico, fomentando as discussões acerca do comportamento das variáveis agregadas, como a dívida pública e o desenvolvimento econômico.

Os estudos de GIAVAZZI E PAGANO (1990) destacam os efeitos positivos da política fiscal contracionista, sobre PIB, consumo e investimento, trazendo novas perspectivas sobre o modo como os agentes econômicos reagem às políticas econômicas implementadas pelo governo.

De maneira geral, o presente texto retrata as principais inferências teóricas acerca dos dois temas norteadores na parte descritiva e analítica, de verificar o impacto da dívida no processo de desenvolvimento econômico dos países emergentes.

Dessa maneira tem-se como tema, os efeitos da dívida pública sobre a evolução do desenvolvimento econômico dos países emergentes, no período entre 2000 e 2023.

Enquanto o objetivo geral, analisar o nível de endividamento público dos países emergentes, bem como a relação do desempenho do desenvolvimento econômico nos países emergentes entre 2000 e 2023.

Para tanto, busca investigar as abordagens do desenvolvimento econômico, por meio das teóricas desenvolvimentistas, clássicas e liberais. Analisar as diferentes abordagens sobre os níveis de dívida pública e suas implicações para o desenvolvimento econômico.

2 Desenvolvimento econômico e dívida pública

O desenvolvimento econômico abrange uma série de pensadores e pesquisadores que influenciam as instituições públicas e privadas. Dessa maneira, as concepções sobre o desenvolvimento econômico foram se aperfeiçoando com o avançar dos tempos, possuindo distintas características de cada país. Para tal entendimento, faz-se necessário demonstrar a diferença entre os temas Crescimento e Desenvolvimento Econômico.



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



Esse debate é antigo, visto que no nascimento da teoria econômica ambos eram considerados sinônimos e com o surgimento das vertentes desenvolvimentistas da economia, o crescimento passou a ser considerado somente uma alta nominal no PIB, enquanto o desenvolvimento passou a implicar em mudanças estruturais qualitativas de distribuição de renda e bem-estar. (SOUZA, 2012)

Referindo-se à elevação da produção de bens e serviços ou Produto Nacional Bruto (PNB) – que se diferencia do Produto Interno Bruto (PIB), pelo fato de contabilizar a renda líquida enviada e recebida do exterior (RLEE) - per capita, crescimento da força de trabalho, poupança nacional, investimentos e nível do setor tecnológico, de acordo com o Novíssimo Dicionário de Economia (SANDRONI, 2003). O crescimento econômico pode ser o aumento do PIB de um país e da renda per capita ao longo do tempo, bem como o acúmulo de capital que caracteriza o crescimento, embora seja um pré-requisito essencial para o desenvolvimento econômico de uma nação, por si só, não é suficiente para ser referência para o desenvolvimento econômico.

Para FURTADO (1983) o crescimento econômico se refere a um aumento da produção em um subconjunto econômico, em concomitância, SCHUMPETER (1997) desconsidera o mero crescimento do produto da economia um sinônimo de desenvolvimento econômico. Ambos os autores demonstram de maneira objetiva, que não se deve confundir os conceitos de desenvolvimento econômico e com crescimento econômico. Pois o segundo termo, pode-se referir tanto a escola desenvolvimentista de economistas, quanto às acepções da economia clássica para o desenvolvimento. (MORAES, 2023)

As divergências observadas referentes ao tema no debate acadêmico, ocorrem por conta de o fenômeno do crescimento econômico ser, ao menos para parte da escola clássica, sinônimo de desenvolvimento econômico. Enquanto, para os teóricos da escola Development Economic, consideram outros fatores, como avanços tecnológicos, educação e políticas governamentais, como cruciais no alcance de um desenvolvimento econômico sustentável e abrangente. (MORAES, 2023)

Antes embarcar mais a fundo na temática, que se faz necessária para compreensão da multidimensionalidade acerca do desenvolvimento econômico, faz-se notório observar as



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



divergências de pensamento entre teoria econômica clássica e desenvolvimentista, que resultaram na criação da Economia do Desenvolvimento, de acordo com Patnaik (2005):

Quando eu era um estudante nos anos 60, nós costumávamos pensar a Economia como dividida basicamente em dois segmentos: por um lado, estava a ‘Teoria Econômica’ e, por outro, estava uma mistura de História Econômica, ‘Economia Indiana’ e ‘Desenvolvimento Econômico’. (PATNAIK, 2005, p. 1).

A origem de tamanha divergência de pensamento, entre economistas, que em tese poderiam compartilhar os mesmos entendimentos, sobre conceitos como o Desenvolvimento Econômico, emerge pautada nas diferenças entre a natureza institucional entre as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. (CARDOSO, 2012) No cenário pós I.I G.M., as economias desenvolvidas passaram a assimilar, por meio de seus teóricos, as teorias do crescimento econômico, enquanto as nações emergentes foram associadas à teoria do desenvolvimento.

Por outro lado, CARDOSO (2012) demonstra a importância das teorias keynesianas e desenvolvimentistas para o surgimento e fortalecimento da Economia do Desenvolvimento como escola de pensamento. Tais teorias intervencionistas destacaram-se após a crise econômica de 1930 e do final da II Guerra Mundial, propondo a participação ativa do Estado na economia para garantir estabilidade, crescimento e, por consequência, o desenvolvimento econômico.

A abordagem de Keynes enfatiza o uso de políticas fiscais e monetárias no controle da demanda agregada, enquanto o pensamento de Schumpeter focava na inovação e no empreendedorismo como motores do desenvolvimento econômico.

Juntas, essas teorias contribuíram para um novo entendimento sobre o papel das políticas econômicas na promoção do desenvolvimento. De acordo com CARDOSO (2012), Schumpeter defende o caráter endógeno do Desenvolvimento. Outra delimitação teórica fundamental derivada de Schumpeter é o aspecto endógeno do desenvolvimento, embora, obviamente, envolva a interação de fatores internos e externos.



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



O desenvolvimento implicaria na modificação da estrutura econômica e social da região em foco, ao passo que para haver crescimento econômico bastaria que a renda per capita aumentasse (PEREIRA, 1962, p. 79).

A reorganização eficiente dos fatores de produção é essencial para o desenvolvimento econômico, abrangendo tanto a otimização dos recursos existentes - para melhorar a eficiência operacional - quanto a reconfiguração da estrutura de capital e trabalho. Nesse contexto, PEREIRA (1962) defende a inovação e a acumulação de capital como os principais motores desse desenvolvimento, promovendo a eficiência e permitindo investimentos em tecnologia e expansão da produção, enfatizando a importância do empresário, destacando a combinação dos fatores em conjunto com o estado para desenvolver uma economia.

O pensamento da economia clássica moderna, vislumbra a acumulação combinada com a evolução tecnológica, como sinônimo de Desenvolvimento Econômico, como ressalta MORAES (2023):

O Desenvolvementismo Clássico, por sua vez, preconiza que o desenvolvimento econômico é o processo de acumulação de capital com incorporação do progresso técnico, resultando em aumento da produtividade do trabalho, do valor médio do salário e da elevação do bem-estar econômico da população em longo prazo. O Desenvolvementismo Clássico não desenvolve uma macroeconomia desenvolvimentista, mas incorpora o princípio da demanda efetiva, trabalhada por Keynes (1988 [1936]), à medida que intenta estimular a demanda agregada, obtendo um ritmo de investimento compatível com o crescimento econômico de longo prazo e o pleno emprego. (MORAES, 2023, p. 8)

Percebe-se que a elevação do salário médio constitui um dos parâmetros levados em consideração para os clássicos e liberais para determinar o desenvolvimento econômico, em conjunto com a melhoria no bem-estar. A presente conceituação, aproxima cada vez mais as visões da corrente clássica à corrente desenvolvimentista, sobre as características de uma economia desenvolvida. O progresso técnico, da economia clássica, assemelha-se também à importância que a indústria possui para a Economia do Desenvolvimento.

Para a vertente desenvolvimentista, o papel do estado se faz como fundamental na ampliação da estrutura econômica, no sentido de promover investimentos e a modernização



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



das nações emergentes, como podemos ver em Moraes (2023). O Dualismo citado, refere-se à dependência na relação entre o setor capitalista e o setor não capitalista de uma economia, que sugere perpetuar condições pré-capitalistas do Desenvolvimento Econômico.

Embora para grande parte da academia, os pensamentos clássico e liberal muitas vezes se confundam, dadas às suas semelhanças teóricas, vale a pena resgatar o pensamento do autor Huerta De Soto (2010), que retrata a teoria liberal como mais dinâmica em relação ao pensamento clássico.

Já em relação ao conceito de subdesenvolvimento econômico, pode ser detalhado inicialmente, como a ausência de uma transformação do arranjo produtivo de um país. Essa transformação ocorre, por meio do progresso econômico, mencionado anteriormente, podendo acontecer também a partir de um aumento significativo na produtividade do trabalho. Mesmo que haja crescimento da renda, se o mesmo ocorrer de maneira concentrada, não será possível quebrar o paradigma do subdesenvolvimento. (CARDOSO, 2012)

Para FURTADO (1983) o subdesenvolvimento deve ser tratado como um processo histórico-autônomo, não somente um caminho para o Desenvolvimento Econômico. Compartilhando a mesma visão de PEREIRA (1962) de que os países emergentes se encontram nesse estado de estagnação, muitas vezes por influência consciente dos países desenvolvidos. Sob a ótica da história econômica, MORAES (2023), demonstra a influência dos países atualmente desenvolvidos, no cenário econômico contemporâneo.

Para FURTADO (1983), a consolidação de uma estrutura produtiva industrial na Europa ocidental, liderada pela Grã-Bretanha após a Revolução Industrial no século XVIII, condicionou o desenvolvimento econômico de quase todas as demais regiões do planeta. O subdesenvolvimento das economias periféricas é consequência de uma trajetória histórica do capitalismo que fez com que houvesse países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. (MORAES, 2023, p. 5)

De maneira histórica, pode-se entender a configuração atual dos países emergentes pautando a análise após a reorganização produtiva da década de 1980. Essa mudança na estrutura produtiva mundial buscou reduzir ainda mais a intensidade da tecnologia nos



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



processos produtivos dos países emergentes, transferindo todo o processo de maior valor agregado nos países centrais. (GARCÍA HERNÁNDEZ, 2022)

Sobre esse aspecto, Dalla Costa e Santos (2012) definem que a visão de financeirização de desenvolvimento considera que o crescimento é sinônimo de desenvolvimento econômico, enquanto os autores de linhas progressistas entendem que somente com aumento do bem-estar social e da sustentabilidade socioambiental os países entram em desenvolvimento econômico.

Ao analisar a conjuntura econômica internacional moderna, de maneira exploratória, o presente texto observa o subdesenvolvimento, como um fenômeno que abarca uma grande multidimensionalidade de fatores, que vão desde formações históricas, até parâmetros como dívida e distribuição de renda.

Independentemente da vertente em questão, a presente seção exprime o fato de que ambos os pensamentos demonstram ser caminhos diferentes para o mesmo fim, que seria o êxito econômico em termos de processo produtivo e a consequente ascensão da qualidade de vida da população. Para alcançar esse ambicioso objetivo, faz-se necessária uma análise do perfil de endividamento das economias analisadas, bem como uma retomada geral sobre os aspectos da Dívida Pública e suas implicações, tema a seguir.

No que se refere à dívida pública que tem possibilidade de impactar o desenvolvimento econômico dos países emergentes, faz-se necessário entender o conceito teórico, para referenciar as discussões apresentadas após a análise comparativa no presente texto. Para José Maurício Conti, a dívida pública compreende um grupo de obrigações de natureza financeira assumidas pelo poder público. Contrai-se a dívida pública mediante a celebração de operações de crédito (CONTI, 1998).

A Dívida Pública é um conceito universal, que demonstra a necessidade de uma análise aprofundada e que tenha clareza no total, mas que não existe um consenso no direito universal acerca do tema, mas pode-se encontrar as definições no artigo 32 da Convenção de Viena de 1983, que apresenta a Dívida Pública, como todas as obrigações financeiras perante os outros estados, organizações e sujeitos internacionais. (WAIBEL, 2011).



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



Para PANIZZA (2013), entende-se como conceito objetivo de dívida pública as obrigações do estado, que ultrapassam o estoque de receitas no exercício, passando para o próximo período fiscal. Assim, temos duas características da dívida: o fluxo, que é a nova dívida pública, e o estoque, que é a dívida pública total.

A escola desenvolvimentista, também conhecida nos meios acadêmicos como a escola histórica da economia, entende que a dívida pública é uma condição necessária para o desenvolvimento econômico. No entanto, essa dívida deveria ser tomada exclusivamente para a realização de investimentos produtivos, que implicassem no aumento da receita tributária no futuro. (SILVA E MEDEIROS, 2009).

Essa visão positiva da Dívida Pública em determinados contextos, emerge na academia com o pensamento keynesiano, após a crise de 1930 com a incapacidade da visão clássica de se explicar o grande crash. A dívida pública, a partir desse momento, passa a ser visualizada como uma ferramenta para corrigir os desequilíbrios na demanda agregada e evitar as grandes crises.

Por outro lado, a elevação da dívida pública de maneira descontrolada pode resultar em efeitos negativos ao progresso econômico, elevando as taxas de juros, a tributação e o risco-país, impactando diretamente no investimento direto recebido do exterior. Existem evidências teóricas sólidas de que o menor nível de dívida pública aumenta a efetividade da política fiscal na estabilização de crises econômicas. (LECHNER DA SILVA; AFONSO; GADELHA, 2021).

3 Resultados e discussões

O brevejo da revisão de literatura, descritiva e analítica evidencia uma forte divergência dentro da ciência econômica, sobre a natureza do fenômeno desenvolvimento econômico e sob as políticas públicas ótimas na promoção do desenvolvimento referentes aos efeitos da dívida pública. Observa-se que o debate acerca da dívida pública segue a mesma linha, com políticas antagônicas sendo defendidas pelos desenvolvimentistas, clássicos e liberais.



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



Na concepção da presente pesquisa, fica evidente que o endividamento público tem a possibilidade de contribuir com o desenvolvimento econômico de uma nação, desde que os recursos sejam aplicados de forma eficiente, ou seja, nas aptidões de uma determinada região, em educação, saúde, segurança pública, inovação e infraestrutura pública.

A qualidade da dívida pública é determinante em termos de desenvolvimento econômico, abrangendo o custo e o tempo correto de realização das obras e políticas públicas, além da melhor relação custo-benefício para a sociedade no longo prazo. Um exemplo evidente da dívida pública como mecanismo de desenvolvimento pode ser destacado nos gastos públicos com educação, que num primeiro momento representam custos no orçamento do governo, mas que retornam em forma maior empregabilidade, produtividade, em termos de excedentes gerados pelo conhecimento adquirido no processo de aprendizagem, beneficiando todo o conjunto da sociedade.

Nesse contexto, as ineficiências alocativas aumentam o tempo de conclusão e os custos de manutenção da dívida pública, dificultando a promoção desenvolvimento econômico, levando à possibilidade de rolagem da dívida e ao aumento dos custos, comprometendo o desenvolvimento econômico.

A visão globalizada é fundamental para o entendimento da dívida pública, visto que na ausência de recursos no ambiente doméstico, as economias mundiais buscam financiamento externo, seja por meio de acordos bilaterais ou por organizações como o FMI ou o Banco Mundial, como bem colocado por Assaf (2018).

Esse crédito utilizado para cobrir o déficit ocasionado por receitas menores do que as despesas públicas, proporciona aumento da dívida, que tem relações diretas com as atividades do país, no comércio internacional, com a existência ou não de reservas em moeda forte - na conjuntura atual, o dólar norte-americano - e com os recursos disponíveis - naturais ou humanos - para a realização de tais negociações comerciais.

No gráfico 1, é possível verificar o comportamento da Dívida Pública Bruta em relação ao PIB total de três países principais, no referido no período. Que leva em consideração as maiores economias em termos nominais de dólar americano, dentro do grupo dos países emergentes, essa regra se mantém para todas as ilustrações, nos resultados da pesquisa.

GRÁFICO 1 – COMPORTAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA BRUTA EM
PERCENTUAL DO PIB



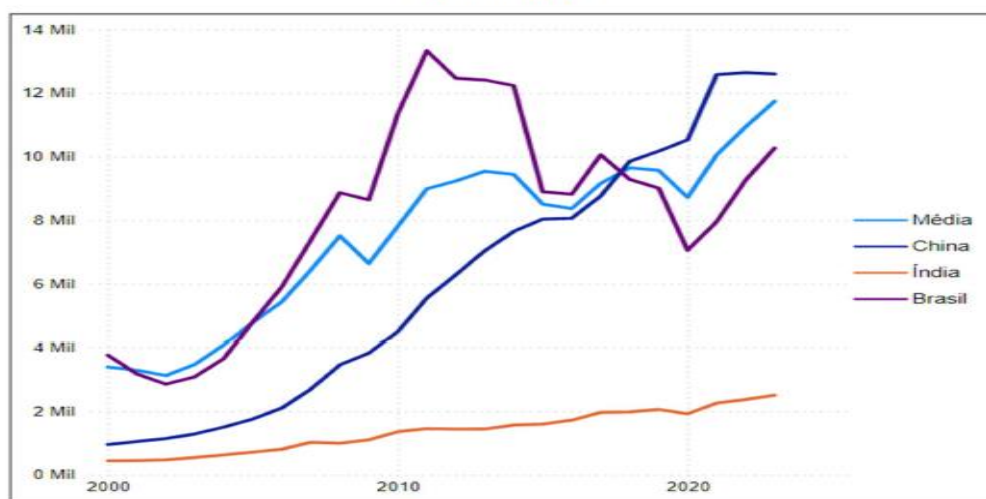
Fonte: World Economic Outlook Database. acesso em outubro de 2024.

Observa-se uma tendência generalizada de alta da dívida pública nos países emergentes, com destaque para o comportamento da dívida pública da China, que no início dos anos 2000 era de apenas 23%, terminando a série analisada em 2023 com cerca de 84% do seu PIB em dívida bruta.

A Índia, segunda maior economia do grupo de países emergentes e relatada frequentemente nos periódicos acadêmicos como a economia do futuro – por conta da grande disponibilidade de mão de obra e altos índices de fertilidade, em descompasso com os países ocidentais e aos rumos que a própria China está tomando de redução do número de filhos por casal – demonstra uma dívida pública que não observou grandes aumentos desde 2000, visto que em 2003 esse percentual era de 86%, e no auge da Pandemia de COVID-19, em 2020 esse índice chegou apenas a 88%. Os dados demonstram os esforços do governo indiano em manter patamares saudáveis de endividamento, por meio da política fiscal e monetária, no entanto podem ser enxergados pela ótica das dificuldades da Índia em tomar crédito de instituições como o FMI.

O Brasil, em termos econômicos é o terceiro maior dos países emergentes, demonstra um comportamento relativamente diferenciado, com um primeiro pico da dívida bruta em 2002, somando aproximadamente 76% do PIB e após esse período, constata-se uma redução gradual do endividamento até o ano de 2013, quando são registrados os menores valores da série, cerca de 59% da razão Dívida/PIB. Após esse desempenho, verifica-se uma trajetória de forte endividamento, ultrapassando a Índia em 2015 e chegando ao ano de 2020 (ano da pandemia), com a maior relação de dívida/PIB do grupo, atingindo aproximadamente 96% da relação dívida/PIB.

GRÁFICO 2 – COMPORTAMENTO DO PIB PER CAPTA EM DÓLARES AMERICANOS



Fonte: World Economic Outlook Database, acesso em outubro de 2024.

Percebe-se que três países, que possuem grande relevância internacional que compõem o grupo de países emergentes, chegaram um desempenho com um perfil de endividamento completamente diferente em relação ao começo da série analisada, mas finalizam o período com níveis bem próximos, indicando um padrão acima da média dos emergentes para o período.

No gráfico 2, retrata-se a evolução do PIB per capita dentre a média dos emergentes e do grupo de três maiores economias emergentes, como realizado no gráfico 1.

A Índia demonstra um crescimento linear da renda média similar ao da China, mas em proporções bem menores, destacando -se em termos de PIB per capita por ser uma das maiores e mais pobres economias, principalmente no contexto dos países emergentes. No



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



início da série histórica abordada, em 2000, o valor médio de dólares americanos por habitante na Índia era de cerca de US\$442, valor que evoluiu para o final do período, em 2023 para cerca de US\$ 2497. Fica evidente que o país cresceu em menor escala do que a média dos seus pares, fator que será melhor comentado na seção sobre Participação da Indústria.

O Brasil apresenta um comportamento anormal retratando no período de 2000 até 2011 uma alta superior à média dos emergentes, que em 2011 recebiam em média 8.998, enquanto o brasileiro recebia cerca de US\$13.326. A renda per capita se manteve estática, com uma leve queda, enquanto os emergentes continuaram a registrar novas altas, até que em 2014, registra-se uma queda no valor de US\$12.230 para em 2015 US\$ 8.893.

O ano de 2015 foi crucial para todos os países emergentes, visto que todos observaram reduções em seus índices de PIB per capita, mas enquanto a média dos emergentes reduziu de US\$9.440 para US\$8.506, o Brasil teve a queda maior, mencionada anteriormente, proporcionalmente essa informação significa que os emergentes tiveram uma queda de aproximadamente 10%, ao mesmo passo que o Brasil observou uma queda de 27% na renda per capita.

A nação brasileira apresentou uma nova alta no PIB, de US\$8.812 em 2016, para US\$10.055 em 2017, último ano antes do país entrar em outro ciclo de baixa, que marca seu menor valor no ano de 2020 do COVID-19, em US\$7.057 que representa uma queda de 30% no PIB per capita. Nessa altura, o Brasil já havia sido ultrapassado pela média dos emergentes e pela China em 2018. No final da série retratada, observa-se uma alta do PIB per capita, mas respeitando a ordem que foi alterada em 2018, mantendo a renda do Brasil, menor que a média emergente e que a média Chinesa.

4 Considerações finais

O presente trabalho tem sua origem na monografia de conclusão de curso de Ciências Econômicas em 2024, sob o título “Comportamento da Dívida Pública em relação a aspectos do Desenvolvimento Econômico dos países emergentes no período entre 2000 e 2023 e buscou-se resgatar de maneira breve, a evolução do desenvolvimento econômico, como



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



conceito teórico, desde sua origem como ideia implícita na história econômica em Adam Smith, até a contemporaneidade com a escola desenvolvimentista e as novas contribuições das vertentes clássicas e liberais.

Dando sequência ao entendimento do fenômeno do subdesenvolvimento, que é retratado como um processo histórico-autônomo, derivado do surgimento do capitalismo contemporâneo, no dualismo entre o setor capitalista e os setores pré-capitalismo, que se refere à tecnologia e a modernização dos sistemas produtivos nacionais, como peça-chave que explica a estagnação das economias subdesenvolvidas.

Os conceitos de dívida pública, que explica tanto no contexto internacional com sua definição na Convenção de Viena, como na sua natureza jurídica ressaltada por Conti (1998). A posteriori, retoma-se a evolução da dívida pública nas ciências econômicas, desde os mercantilistas até as atuais visões divergentes, sobre as finalidades da dívida e as políticas públicas que devem ser adotadas pelo Estado, bem como determinados estudos estatísticos já realizados acerca dos impactos da dívida em agregados macroeconômicos.

O presente estudo teve por objetivo analisar os efeitos da dívida pública sobre o processo de desenvolvimento econômico, entre 2000 e 2023. Tendo em vista verificar-se a dívida pública, se confirma como variável importante como instrumento de política pública na tomada de decisão sobre o desenvolvimento econômico das economias emergentes.

Em termos teóricos, a constatação aqui exposta confirma parcialmente as acepções da escola desenvolvimentista, tanto quanto na função da dívida pública, como um dos fatores promotores do desenvolvimento econômico, quanto na defesa da atuação do Estado como agente regulador da demanda agregada, por meio das políticas monetária e fiscal.

Diante do exposto e considerando a evolução da dívida pública, bem como o processo de desenvolvimento econômico, conclui-se que a dívida pública apresentou diferentes comportamentos como possibilidade de contribuir com o processo de desenvolvimento econômico nos países emergentes, referente ao período entre 2000 e 2023, demonstrando que endividamento com qualidade e adequado ao processo de prioridades públicas de acordo com o “interesse público”, permite aos países em desenvolvimento econômico avançar na



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



melhoria das condições de vida da população, tanto a grupos de países diferentes, quanto para periodicidades distintas e agregados macroeconômicos.

Referências Bibliográficas

ALLEN, Cian.; BEMS, Rudolf. **Emerging Markets Show Resilience Despite Global Monetary Tightening.** IMF Blog, Washigton, 2024. Acesso em <<https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2024/07/12/emerging-markets-showresilience-despite-global-monetary-tightening>>

ASSAF, Alexandre. **Mercado financeiro.** Rio de Janeiro: Atlas, 2001.

CARDOSO, F. **A armadilha do subdesenvolvimento:** uma discussão do período desenvolvimentista brasileiro sob a ótica da abordagem da complexidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

CARVALHO, José O. O. **Comportamento da dívida pública em relação à aspectos do desenvolvimento econômico dos países emergentes, no período entre 2000 e 2023.** (Monografia), Laranjeiras do Sul: UFFS, 2024.

CHARLES, A. R. F. C. **A Problemática da Dívida Pública em Mocambique.** REVES -Revista Relações Sociais, v. 5, n. 3, p. 14051– 01e, 27 mar. 2022.

CONTI, José Maurício. **Dívida pública.** São Paulo: Blucher, 2019.

CRUZ, E. R.; DIVINO, D. J. A. **Dívida pública e crescimento econômico:** uma análise entre países. Universidade Católica de Brasília. Tese de mestrado, Brasília, 2024.

DE SOTO, J. H. **A Escola Austríaca:** mercado e criatividade empresarial. Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

FAVERO, C. A. Comments on “Fiscal and monetary policy interactions: empirical evidence on optimal policy using a structural new-keynesian model”. **Journal of Macroeconomics**, v. 26, n. 2, p. 281-285, 2004.

FERGUSON, L. et al. The long shadow of the past: Political economy of regional inequality. in **Colombia**, 2017.



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril cultural, 1983.

GALE, W. G.; ORSZAG, P. R. Budget Deficits, National Saving, and Interest Rates. **Brookings Papers on Economic Activity**, v. 2004, n. 2, p. 101–210, 2004.

GIAVAZZI, F. PAGANO, Marco. Can Severe Fiscal Contractions Be Expansionary? Tales of Two Small European Countries. Università di Bologna; Università di Napoli, 1990.

LECHNER DA SILVA, Á.; AFONSO, A.; GADELHA, Ricardo de B. S. **Dívida pública e crescimento econômico no Brasil**. Cadernos de finanças públicas. v. 20, n. 3, 7 jan. 2021.

LIMA, Jandir Ferrera de. **Economia territorial** – teoria e indicadores. Campina Grande: EDUEPB, 2022.

MORAES, I. A. D. **Revisitando o conceito de desenvolvimento econômico e a Escola de Pensamento do Desenvolvimentismo na Economia**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 43, n. 1, p. 26–47, mar. 2023.

PANIZZA, U; PRESBÍTERO, A. F. Public Debt and Economic Growth in Advanced Economies: A Survey. Swiss Journal of Economic and Finance, v. 149, p. 175-204, 2013.

PEREIRA, L. C. B. Desenvolvimento econômico e o empresário. **Revista de Administração de Empresas**, v. 2, n. 4, p. 79–91, ago. 1962.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 2003.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultura, 1997.

SILVA, Anderson C. CARVALHO, Lena, Oliveira de. MEDEIROS, Otavio Ladeira de. (org.). STN. **Dívida Pública**: a experiência brasileira. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2009.

SIMS, C. A. Limits to inflation targeting. Technical report. Working Paper, **Princeton University**, Department of Economics, 2003.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

WAIBEL, Michael. Sovereign Defaults before International Courts and Tribunals. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.